

# **SOCIUS Working Papers**

**Espaço-temporalidade, Trabalho Imaterial e Resistência: reflexões sobre o cotidiano do trabalho contemporâneo**

Vânia Gisele Bessi

**Nº 1/2007**

SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações  
Instituto Superior de Economia e Gestão  
Universidade Técnica de Lisboa  
Rua Miguel Lupi, 20  
1249-078 Lisboa  
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783  
E-mail: [socius@iseg.utl.pt](mailto:socius@iseg.utl.pt)  
Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>

## **Espaço-temporalidade, Trabalho Imaterial e Resistência: reflexões sobre o cotidiano do trabalho contemporâneo**

**Autoria:** Vânia Gisele Bessi – estudante de doutoramento do Programa de Pós-graduação em Administração, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGA/EA/UFRGS – Brasil. Estágio de doutoramento no exterior no Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, do Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS/ISEG<sup>1</sup>. Professora da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul – UPF/RS. [vania.bessi@terra.com.br](mailto:vania.bessi@terra.com.br).

### **Resumo**

O presente ensaio teórico tem como objetivo discutir que possibilidades de resistência se apresentam no cotidiano do trabalho imaterial potencializado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como os possíveis modos de expressão que a resistência assume. Para tanto, coloca-se em pauta a noção de trabalho imaterial a partir do que nos propõem os autores Hardt, Lazzarato e Negri que apresentam a mobilização subjetiva dos trabalhadores como central na nova relação produção-consumo que se estabelece atualmente. Encaminhamos a discussão no sentido de que se o trabalho imaterial anuncia possibilidades outras aos trabalhadores no sentido de que estes são chamados a serem sujeitos do trabalho, anuncia também outras exigências que dizem de uma disponibilidade total desses trabalhadores frente às demandas do trabalho. Nesse sentido, a questão da resistência mostra-se relevante e instiga a pensar: como os trabalhadores contemporâneos resistem às investidas do capital em se apropriar, regular e homogeneizar o trabalho imaterial?

### **Introdução**

A discussão que se apresenta tem como pano de fundo as transformações do capitalismo. Centra-se numa reflexão acerca dos modos de trabalhar e de subjetivação ou de construção de estilos de vida ao articular categorias como espaço-temporalidade, trabalho imaterial e resistência.

Estudos realizados por diversos autores a respeito do capital (CASTELLS, 2000; DUPAS, 2000; COCCO, 2000; HARVEY, 2001; entre outros) convergem na análise de que o capitalismo passa já há algum tempo por um profundo processo de reestruturação. De acordo com Castells (2000), a reestruturação do capital acontece na direção de uma maior flexibilidade, maior descentralização devido à estruturação das empresas em rede, presença massiva das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e um controle cada vez maior da força de trabalho.

Em um cenário de globalização, observa-se que a experimentação espaço-temporal extingue fronteiras (BAUMAN, 1999), fazendo prevalecer o imperativo da velocidade e da aceleração (VIRILIO, 1997), e que o trabalhador é, cada vez mais, solicitado a ser sujeito do trabalho. Como dizem Lazzarato e Negri (2001) na perspectiva do trabalho imaterial, é a alma do trabalhador que passa a ser requisitada.

No que diz respeito aos modos de trabalhar contemporâneos tomados à luz das análises que fazem, em especial, Bauman (1999), Virilio (1997), Lazzarato e Negri (2001) e Deleuze (2004), a exigência imposta aos trabalhadores é a de uma mobilidade sem precedentes. Tal situação, em parte possibilitada pelas próteses tecnológicas que acoplam aos corpos, não pressupõe autonomia para que os trabalhadores possam traçar suas próprias rotas,

---

<sup>1</sup> Agradecimentos à Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação e Cultura – Capes/MEC, pelo apoio recebido. Agradecimentos também à Profa. Dra. Ilona Kovács, do SOCIUS/ISEG, pela orientação durante o período de desenvolvimento do estágio.

uma vez que o controle se impõe de maneira dispersa, em todas as atividades, de forma rizomática como apresenta Grisci (2005) aos analisar as atuais formas laborais bancárias.

Tomam-se como estimulante à discussão, as colocações de Pelbart (2003) e Rolnik (2001) de que, nos dias que correm a resistência dos trabalhadores às formas de organização do trabalho não mais se dá pelo enfrentamento, ela se dá obliquamente, via criação de linhas de fuga, que emergem no próprio cotidiano do trabalho. Além disso, percebe-se, atualmente, que começam a se tornar freqüentes em jornais de grande circulação, rodas de intelectuais, *sites* de divulgação na Internet, e programas de televisão, discussões relativas aos movimentos que, em diversos países, caracterizam-se como de resistência ao imperativo da velocidade. São movimentos que se voltam ao culto da lentidão, da desaceleração e da busca de um ritmo de vida mais equilibrado<sup>1</sup>. Tempo de vida e tempo de trabalho têm sido abordados com uma relativa freqüência, tanto em trabalhos acadêmicos quanto em programas de televisão tidos como de caráter mais “popular”.

Entende-se esses movimentos como a emergência de uma busca por uma alternativa ao imperativo da velocidade, nos vários aspectos da vida. Sendo o trabalho parte da vida que se incrementa com a introdução das novas TICs e cujas demandas vão na direção do trabalho imaterial, há que se perguntar: que possibilidades de resistência se apresentariam no cotidiano do trabalho e que modos de expressão ela assumiria? Será que a resistência proviria, justamente, das características geradoras de valor, relacionadas ao trabalho imaterial? Como os trabalhadores contemporâneos resistem às investidas do capital em se apropriar, regular e homogeneizar o trabalho imaterial? Estes são alguns dos questionamentos que orientam essa reflexão.

## **2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TEMA**

As considerações teóricas do presente artigo sustentam-se em três pilares: espaço-temporalidade, trabalho imaterial e resistência.

### **2.1 ESPAÇO-TEMPORALIDADE**

Espaço e tempo vêm instigando a realização de estudos nas áreas da filosofia, física, sociologia, psicologia e administração. Embora já tenham sido concebidos como elementos estáveis, firmemente delimitados (como a separação clara entre o tempo/espaço de trabalho e o tempo/espaço de não-trabalho), atualmente, têm sido pensados de forma mais fluida, onde as separações e os limites não se apresentam tão claramente delineados.

É a partir de uma visão menos estática, defendida por teóricos contemporâneos como exemplifica Bauman, que se pensa o espaço-temporalidade. Para Bauman (2001, p.8) “a fluidez [é] a principal metáfora para o estágio presente da era moderna (...). Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo (...). Os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la”. O autor toma o conceito de espaço-temporalidade a partir do que denomina modernidade líquida ou fluida, de onde, segundo ele, resultam sujeitos cujas principais características devem ser: a leveza, a mobilidade, a inconstância e a rapidez de movimentos. A mobilidade, corpórea ou não, que é exigida dos trabalhadores, associa-se à lógica da velocidade.

Para Deleuze, entre o tempo e o espaço produz-se “uma mistura, na qual o espaço introduz a forma de suas distinções extrínsecas ou de seus ‘cortes’ homogêneos e descontínuos, ao passo que a duração leva a essa mistura sua sucessão interna, heterogênea e contínua” (DELEUZE, 2004b., p. 27). Nesse sentido, a experimentação espaço-temporal não pode ser pensada de forma linear, homogênea, nem cumulativa. Ao contrário, Deleuze pensa o tempo como um rizoma, uma rede, um emaranhado: o rizoma temporal. Tal como menciona

Pelbart (2004, XXI), pensar o rizoma temporal é pensar o tempo como uma multiplicidade. Assim, tem-se que:

ao invés de uma *linha* do tempo, temos um *emaranhado* do tempo; em vez de um *fluxo* do tempo, veremos surgir uma *massa* de tempo; em vez de um *rio* do tempo, um *labirinto* do tempo. Ou ainda, não mais um *círculo* do tempo, porém um *turbilhão*, já não uma *ordem* do tempo, uma *variação* infinita, nem mesmo uma *forma* do tempo, mas um tempo *informal, plástico*.

É importante ressaltar, como o faz Pelbart, as características que definem a concepção de tempo em Deleuze: emaranhado, massa, labirinto, turbilhão, variação, além de informal e plástico, tais como as características aproximativas do rizoma. Prevalece, nas idéias de Deleuze, o tempo como coexistência virtual e não como sucessão, ou seja, um tempo que não exclui o antes e o depois, mas os superpõe. É um tempo tomado, enfim, não como sucessão de movimentos e de suas unidades, mas como simultaneidade. Além disso, faz-se importante lembrar que a experimentação espaço-temporal está relacionada aos operadores de tempo, às tecnologias que produzem tal ou qual experiência, vivência, idéia ou forma do tempo, como ressalta Pelbart (1998). Em face disso, o que se pretende relacionar é a experimentação espaço-temporal dos trabalhadores em um contexto de trabalho imaterial, a partir da lógica da velocidade que permeia o capitalismo, privilegiando-se as possíveis formas de resistência que venham a se configurar frente a tais demandas.

Paul Virilio (1997) apresenta um conceito que se torna interessante para o âmbito desse estudo, que é o de dromologia<sup>ii</sup>. A dromologia, segundo o autor, é a lógica que tem como referência absoluta, como equivalente geral, não mais a riqueza, mas a velocidade.

Isso significa que o capitalismo, que aqui é tido como rizomático, capitaliza os movimentos do trabalho imaterial e investe-os na ocupação e no controle dos territórios e de tudo o que neles circula. Cabe salientar que esses territórios podem ser os lugares físicos, como descritos por Bauman (2001) ou os espaços virtuais, das tecnologias.

Virilio sustenta que se vive uma revolução dromológica e não mais uma revolução industrial, assim, surge a idéia de uma velocidade desterritorializada, porque não mais fixa em um espaço físico. Em suas palavras: “em vez de visar-se um ponto no espaço e no tempo, agora se pretende dominar não através do confronto, mas de uma estratégia indireta, na qual um constante deslocamento de forças gera uma ameaça permanente” (VIRILIO, 1997, p.10). O que permite que a velocidade se desterritorialize, portanto, é a tecnologia. Segundo Virilio, a dromologia é atravessada pelo vetor tecnológico. Assim, constrói-se uma preponderância da ciência e da técnica como fontes de desenvolvimento material, progresso cultural e unificação de todas as esferas produtivas (VIRILIO, 1999).

Pensar o papel da tecnologia como vetor da dromologia se faz importante, pois, como menciona Virilio (1997), os trabalhadores da era da comunicação são auxiliados pelas próteses tecnológicas. Assim, ao se retomar a análise de Pelbart (1998) acerca dos operadores de tempo, ressalta-se que a atual experimentação espaço-temporal dos trabalhadores, em contexto do trabalho imaterial precisa ser pensada atravessada pela tecnologia, levando-se em conta a lógica dromológica, que é o imperativo do sistema capitalista atual.

## 2.2 TRABALHO IMATERIAL

O trabalhador, atualmente, pode ser caracterizado como o trabalhador do conhecimento, uma vez que o uso das TICs configura uma demanda por um tipo de trabalho diferenciado daquele massificado realizado nas indústrias do começo do século passado. Dentro das novas formas de conceber e estruturar o trabalho, com o aumento da

informatização e da intelectualização, passa-se a visualizar como cada vez mais importante dentro do processo de trabalho ou de serviço, o denominado trabalho imaterial.

Segundo Lazzaratto e Negri (2001), Hardt e Negri (2001) e Negri (2003) o trabalho imaterial precisa ser entendido como elemento constitutivo da nova ordem capitalista mundial. É importante registrar que, ao falar-se em trabalho imaterial, fala-se também em trabalho produtivo material. O que muda são as relações estabelecidas entre capital e trabalho, as demandas que se colocam aos trabalhadores, as investidas que faz o capital para se apropriar, regular e homogeneizar o trabalho imaterial e os modos de resistência a isso, por parte dos trabalhadores.

Nessa nova configuração, o trabalho imaterial caracteriza-se não como uma relação fechada de trabalho, mas como uma relação antagonista aberta, pois os seus elementos e processos de valorização são de outra natureza. A criação de valor, na perspectiva do trabalho imaterial, se dá pela socialização do trabalho, sendo seu principal instrumento o cérebro e as capacidades de mobilização subjetiva dos trabalhadores. É a partir dessa idéia que os autores defendem a tese de que, se o trabalho imaterial está no cerne da nova ordem capitalista, e se esse tipo de trabalho necessita das capacidades de mobilização, de criação e de inovação, é no próprio trabalho imaterial que se encontram as possibilidades políticas de resistência, de libertação e de autonomia.

Em vista disso, o controle presente nas atividades demandadas pelo trabalho imaterial é o autocontrole (BAUMAN, 1999; DELEUZE, 2004a), sendo que o trabalhador precisa ser seduzido pelo projeto da organização para que o trabalho imaterial produza o seu valor (LAZZARATO e NEGRI, 2001; GRISCI, 2005). É necessário que o trabalhador mobilize todo o seu potencial criativo para o projeto do capital, pois o trabalho imaterial é cognitivo, comunicacional, afetivo e ligado à linguagem.

Para Negri (2003), assim como para Pelbart (2003) e Rolnik (2001) a grande possibilidade de resistência no contexto do trabalho imaterial está situada, justamente, no elemento fundante do mesmo, que é o poder da invenção/criação.

Assim, o trabalho imaterial faz com que não exista mais um fora do trabalho, uma vez que ele possibilita que as suas atividades sejam exercidas a qualquer tempo e em qualquer lugar, uma vez que se trata de algo inerente ao trabalhador. No entanto, estando os sujeitos imersos nos movimentos do trabalho, estaria o capital impedido de se apropriar totalmente e retirar do trabalhador o principal instrumento do trabalho imaterial: as capacidades cognitivas do próprio trabalhador. É nessa linha de argumentação que Negri (2003) sustenta que a “revolução”, nos dias atuais, deve se dar por dentro e através do capitalismo.

Nesse sentido, o trabalho imaterial potencializaria os intentos da ação capitalista, já que, como menciona Cocco (2000, p.109) “tempo de vida e tempo de trabalho do trabalhador [do] imaterial constituem uma única e mesma dimensão”. No trabalho imaterial há, portanto, uma crescente indistinção entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, uma vez que o espaço da organização não é exclusivo no exercício do trabalho imaterial. Essa indistinção entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho se associa às idéias de Bauman (2001) acerca da modernidade líquida e suas características, já que os limites entre os espaços estão difusos, permeáveis.

### **2.2.1 O Trabalho Imaterial e o Novo Paradigma Tecnológico**

Cabe ressaltar que algumas das grandes forças impulsionadoras das mudanças que levaram à configuração do atual capitalismo e à nova natureza do trabalho imaterial foram a globalização e a tecnologia – esta última tida como ferramenta básica para a reestruturação capitalista. Toma-se o paradigma tecnológico a partir da perspectiva de Castells (2000).

A tecnologia é percebida como constitutiva da atual sociedade baseada no trabalho imaterial, bem como ferramenta das transformações do capitalismo baseado na flexibilidade,

na mobilidade e na velocidade. Para Castells (2000) a reestruturação do capitalismo e a difusão do informacionalismo são processos inseparáveis em escala global, embora cada sociedade reaja de forma diferente a eles, o que configura o paradigma tecnológico.

Informação como principal matéria-prima, penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias em todos os processos da existência individual e coletiva dos sujeitos, flexibilidade, abrangência, complexidade e disposição em forma de rede seriam os principais atributos desse paradigma. Dessa forma, “o paradigma da tecnologia da informação não evolui para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura como uma rede de acessos múltiplos” (CASTELLS, 2000, p.81).

Conforme Castells (2000), a partir das transformações do capitalismo, as relações entre organizações passam a ocorrer na forma de redes caracterizadas por trabalho compartilhado, presença de trabalhadores do conhecimento, equipes interfuncionais e, em muitos casos, transitórias, pequena supervisão formal, informação como apoio à tomada de decisões, estrutura mais ágil e com fronteiras menos visíveis e mais permeáveis. Na estrutura em redes, as organizações globais buscam maior agilidade, rompendo com as tradicionais noções de tempo e de espaço. Tal agilidade é repassada aos trabalhadores.

No âmbito do mundo do trabalho, a tecnologia da informação agrega às empresas, de uma forma mais ou menos gradual e geral, ferramentas de trabalho que objetivam maior velocidade (VIRILIO, 1997), maior abrangência e mais segurança na execução das atividades, respondendo a uma das necessidades da empresa em rede.

Retoma-se a reflexão de Pelbart (2000) quando menciona que, o fato de se habitar a velocidade, acompanhados das ferramentas tecnológicas é, necessariamente, acompanhado de fenômenos tidos como paradoxais.

O primeiro é que a velocidade absoluta, ao reduzir as distâncias, “encolhe o espaço e o tempo, abole as perspectivas e a profundidade de campo de toda nossa experiência sensorial, perceptiva, cognitiva, existencial, transladando-nos para uma instantaneidade hipnótica” (PELBART, 2000, p.15). Correr-se-ia, então, o risco de um anestesiamiento e de um enfraquecimento das possibilidades de resistência.

O segundo fenômeno é o que se refere ao fato de que, sendo as tecnologias potencializadoras do vetor velocidade, os sujeitos transformar-se-iam em “terminais”, onde a referência não é mais o território ou os territórios existenciais, nem os eixos espaciais ou temporais do mundo, mas as próteses tecnológicas presentes em todos os lugares e situações. A experimentação espaço-temporal dos sujeitos é atravessada pelo uso das tecnologias.

O terceiro fenômeno ao qual o autor faz referência é que existiria uma espécie de telecomando universal e ondulatório que vai substituindo as regras e as normas locais, tornando o controle onipresente (DELEUZE, 2004a), tal como as características do Império e do capitalismo contemporâneo (HARDT e NEGRI, 2001).

Nesse sentido, o que se propõe pensar é como as características do trabalho imaterial podem, a partir da criação de novas possibilidades, servir como estratégias de emancipação do sujeito e de resistência frente aos modos hegemônicos de produção, a fim de que os trabalhadores possam “sair do outro lado’ do Império”, como assinala Pelbart (2003, p.89). Trabalho imaterial que é atravessado pela velocidade e potencializado pela tecnologia, e que, em última análise, nutre o capitalismo contemporâneo.

### **2.3 RESISTÊNCIA**

A categoria resistência é tomada, neste texto, como um dos componentes da subjetividade. Trata-se de esclarecer, inicialmente, o que se entende por subjetividade e como, no contexto que se vem sinalizando, poderiam emergir formas de resistência. Privilegiam-se, para a apresentação dessas categorias, as teorias de Deleuze e Guattari, em seus vários textos.

A subjetividade é entendida, no âmbito deste estudo, como algo construído a partir do social e como construtor deste. Conforme Pelbart (2000, p.37), a subjetividade “não é algo abstrato, trata-se da vida, mais precisamente, das formas de vida, das maneiras de sentir, de amar, de perceber, de imaginar, de sonhar, de fazer, mas também de habitar, de vestir-se, de embelezar-se, de fruir, etc.”. Modos de subjetivação dizem respeito, portanto, às diversas maneiras pelas quais os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeitos (DELEUZE, 2004a).

O sujeito, nesse contexto, não é tomado com um indivíduo isoladamente, mas como uma coletividade, que constrói e reconstrói modos de trabalhar e de viver, a partir da concretude do mundo. Nesse sentido, o trabalhador é entendido como tal por meio do trabalho que realiza. Trabalho este que lhe possibilita não somente sofrer sua história, mas produzi-la. Um trabalho que se caracteriza, portanto, como uma usina de produção de subjetividade que “significa, pois, produção de registro social, relação direta com a contingência sócio-histórica que afeta o indivíduo” (FONSECA, 1995, p.19).

Desde esta lógica, “a subjetividade não é ponto de partida, mas é resultante de múltiplos processos, agenciamentos coletivos” (FERREIRA NETO, 2000, p.107). Portanto, os modos de subjetivação são construídos atravessados pelos processos concretos do mundo, num imbricamento entre o fora, do mundo exterior e o dentro, do sujeito. Como diz Pelbart (2000, p.11), “forças poderosas e estratégias insuspeitadas redesenham, a cada dia que passa, nosso rosto incerto no espelho do mundo”. Como possibilidades de afetação, entre outras, o autor elenca as questões do espaço-temporalidade, lembrando que, na aldeia global, não se habita um lugar, pois: “surfamos numa mobilidade generalizada, nas músicas, nas modas, nos slogans publicitários, no circuito informático e telecomunicacional” (PELBART, 2000, p.15).

Na esteira das análises de Virilio (1997), tem-se que as TICs desempenham papel importante nesse processo, pois o seu uso intensivo faz com que os sujeitos percebam-se como “terminais, espécies de aleijados rodeados de próteses tecnológicas por todos os lados, paráliticos entubados em meio à velocidade generalizada” (PELBART, 2000, p.16). Velocidade que, cabe destacar, reduz as distâncias, encolhe o espaço e o tempo, faz com que as certezas e as perspectivas sejam alteradas, abolidas e transformadas, criando modos e estilos de vida a serem amplamente consumidos.

A partir do que foi exposto até aqui, vê-se que a subjetividade pode ser compreendida como fabricada, produzida, moldada, modulada. No entanto, o sujeito não ocupa uma posição passiva, simplesmente absorvendo, estaticamente, a subjetividade produzida pelo mundo do trabalho. Esse é um processo dinâmico, metamorfoseante (DELEUZE, 2005), onde o sujeito é afetado, a partir das dobras do fora, mas que também dobra o fora, afetando-o.

A resistência, nessa perspectiva, não se restringe a uma individualidade, mas reporta-se a um conjunto de singularidades. Também não se está referindo simplesmente a processos microscópicos, mas a micro políticas que podem estar localizadas em macro processos.

Se a subjetividade funciona “no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho e com a ordem social suporte dessas forças produtivas” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.35), os sujeitos podem responder ou consumir a subjetividade produzida de diferentes formas, denominadas pelos autores como processos.

O primeiro processo é o de individualização que se caracteriza justamente pela tentativa de bloquear o processo de resistência, instaurando-se conforme determinam os padrões universais, massificadores e individualizantes vigentes. Esse processo, segundo Guattari e Rolnik (2005, p.42) é “uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe”. Para Ferreira Neto (2000), nele incluem-se os “adolescentes da geração *Coca-Cola*”, o consumidor compulsivo, o desempregado que toma para si a culpa pela própria demissão, assim como os trabalhadores que incorporam os

programas e as exigências das empresas sem nenhum tipo de resistência e sem criar possibilidades singulares de vivenciá-las. O processo de individualização, portanto, significa a aceitação de um modelo de viver e de trabalhar e uma conseqüente reprodução desses modelos, sem questionamentos acerca de sua efetividade enquanto processos que poderiam vir a permitir a autonomia.

O segundo processo denomina-se singularização e opõe-se totalmente ao anterior. O processo de singularização faz-se pela associação de dimensões de diferentes espécies, por meio da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções, podendo ser considerado como uma forma de resistência frente aos moldes previamente determinados. O processo de singularização pode ser considerado como “uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.42).

Para Ferreira Neto (2000, p.107), o processo de singularização é um processo contra-hegemônico, onde os sujeitos “criam e produzem novidades vividas tanto em nível individual quanto coletivo”. Para esse autor cada indivíduo ou coletivo, em sua existência particular, pode experimentar, em diferentes momentos, tanto o pólo hegemônico da individualização quanto o pólo contra-hegemônico da singularização.

Acerca do processo de singularização, Guattari e Rolnik (2005, p.152) esclarecem que ele não pode ser especificamente atribuído a um nível macrossocial, nem a um nível microssocial, nem mesmo a um nível individual, pois, “toda problemática micropolítica consistirá, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularização no próprio nível de onde eles emergem”. Assim, Pelbart (2003, p.21) resume os processos de singularização como novas modalidades de se agregar, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização e autovalorização dentro da “megamáquina de produção de subjetividade capitalística”.

Como lembra Deleuze (2004a) a singularização consiste essencialmente na invenção de novas possibilidades de vida, na constituição de verdadeiros estilos de vida quando as potências de criação são mobilizadas pelo capital, em seu benefício. A criatividade, assim como outras características próprias do trabalho imaterial, inscreve-se no próprio sistema capitalista, mas também podem representar possibilidades de singularização.

A resistência consiste na revolução, na resposta ao *biopoder*, poder *sobre* a vida, conforme Deleuze (2004a) e Pelbart (2003), que o capitalismo exerce. A resistência é tomada, a partir da perspectiva de Deleuze e Guattari, como linhas de fuga que os sujeitos criam ou encontram. Assim, pensa-se como afirma Pelbart (2003, p.136):

Se na modernidade a resistência obedecia a uma matriz dialética, de oposição direta das forças em jogo, com a disputa pelo poder concebido como centro de comando, com as subjetividades identitárias dos protagonistas definidas pela sua exterioridade recíproca e complementariedade dialética, o contexto pós-moderno suscita posicionamentos mais oblíquos, diagonais, híbridos, flutuantes. Criam-se outros traçados de conflitualidade.

A resistência, hoje, tende a não mais se situar por oposição frontal e aberta à realidade vigente, como uma suposta realidade paralela, de enfrentamento; seu alvo, agora, é manter o controle do princípio que norteia o destino da criação (Rolnik,2001). O desafio está em enfrentar a ambigüidade da estratégia contemporânea do capitalismo, que tenta tomar, para seus propósitos, as possibilidades criadoras dos sujeitos. Rolnik (2001) sugere que, para resistir, os sujeitos devem colocar-se no próprio âmago do capitalismo, negociando para manter a vida como princípio ético organizador.

Resistir às pressões e às forças capitalistas que se apresentam não é, de forma alguma, tarefa fácil, uma vez que, como lembra Rolnik (2005a), o capital mantém a subjetividade alienada do processo vital de consumo de subjetividade via singularização, impedindo o sujeito de fazer o aprendizado do desassossego.

Acerca da resistência, Negri (2003, p.197) menciona:

O que seja a resistência o sabemos com certa precisão, uma vez que na vida cotidiana uma grande maioria dos sujeitos encontra-se exercendo-a. Nas atividades produtivas, contra um patrão; nas atividades da reprodução social, contra as autoridades que regulam e controlam a vida; na comunicação social, contra os valores e os sistemas que fecham a experiência e a linguagem na repetição e os empurram para a ausência de sentido. A resistência interage duramente, mas também criativamente, com o comando, em quase todos os níveis da vida social vivenciada.

É a resistência que, consolidada coletivamente, levaria a possibilidades mais amplas de autonomia. Assim, se são mecanismos revolucionários que criam uma nova ordem, contrária a hegemonia do Império<sup>iii</sup>, esse processo se inicia, via de regra, pelos mecanismos de resistência construídos individual e coletivamente, no cotidiano da vida dos trabalhadores.

Acredita-se, portanto, a partir desses autores, que as estratégias de resistência atuais possam encontrar-se dispersas no cotidiano do trabalho. Como menciona De Certeau (1996, p.39): “a uma produção racionalizada, expansionista (...) corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubliquamente, silenciosa e quase invisível”.

Se o capitalismo, em sua organização, por um lado, constrói e destrói territórios de existência como a própria condição de seu funcionamento, cabe descobrir, no cotidiano do trabalho, possibilidades de criação de novos territórios. Deleuze e Guattari (2004c, p.94) lembram que, mesmo na organização macro do capitalismo, há possibilidade de “fissuras em zigue-zague”. Essas fissuras é que fazem com que o capitalismo tenha dificuldade em reter seus próprios segmentos. “Como se uma linha de fuga, mesmo que começando por um minúsculo riacho, sempre corresse entre os segmentos, escapando de sua centralização, furtando-se à sua totalização”.

Como lembram Deleuze e Guattari (2004b, p.63) “não há ato de criação que não pegue a revés, ou não passe por uma linha liberada”. Sendo assim, pensa-se que se faz necessário encontrar as fissuras, as possibilidades de escape que surgem.

Abordar o conceito de devir faz-se nesse momento, pertinente e necessário. Trata-se, aqui, de uma possibilidade de contrapor-se ao eterno retorno do mesmo, possibilitando a criação de linhas de fuga e a produção da diferença:

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos (DELEUZE e GUATTARI, 2004b, p.64)

O devir não é imitação de algo ou de alguém. Tampouco é, segundo os autores, a possibilidade de proporcionar relações formais. “Nenhuma dessas duas figuras de analogia convém ao devir, nem a imitação de um sujeito, nem a proporcionalidade de uma forma”

(DELEUZE e GUATTARI, 2004b, p.64). O devir é da ordem dos acontecimentos, e não da ordem da história: “devir não é história; a história designa somente o conjunto de condições por mais recentes que sejam, das quais se desvia a fim de ‘devir’, isto é, para criar algo novo” (DELEUZE, 2004a, p.211-212).

O devir é da ordem da criação e do cotidiano, é o que escapa aos registros. E é nesse sentido que se associa, no âmbito desse ensaio teórico, a idéia do devir às possibilidades de resistência. Interessa, aqui, aquilo que não está explícito, que não é da ordem do enfrentamento formal, da destruição, nem tampouco aquilo que é da ordem da imitação e da individualização. Interessa o que diz de um devir-outro, de uma possibilidade de fuga, da possibilidade da criação, do acontecimento.

Pensar em pequenas possibilidades de resistência não é, de modo nenhum, conformar-se com o modo de produção capitalista, que colonializa todos os âmbitos da vida (PELBART, 2003), como as esferas da cultura, a inteligência, a atenção, a emoção, o tempo, o espaço e o próprio corpo. Pensar na resistência cotidiana é concordar com Pelbart (2003, p.139):

todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer – novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se torna-se quantidade social e, assim, pode ensejar outras invenções e novas associações e novas formas de cooperação.

O autor menciona ainda que “não se produz só na fábrica, não se cria só na arte, não se resiste só na política” (PELBART, 2003, p.132); é preciso pensar conjuntamente esses processos: arte, política e produção, tanto em seus efeitos libertadores, como em seus efeitos constringedores. Acredita-se, assim, que existem possibilidades de resistência e de criação frente ao imperativo capitalista da velocidade.

Cabe retomar alguns dos questionamentos que o autor se coloca: “em que medida [arte, política e produção] instauram processos positivos e singularizantes, capazes de funcionar como resistência num contexto de homogeneização?” (PELBART, 2003, p.132). “Num capitalismo conexcionista (...) como se viabilizam outras redes de vida que não as comandadas pelo capital, redes autônomas, que eventualmente cruzam, se deslocam, infletam ou rivalizam com as redes dominantes?” (p.139). Essas são algumas das preocupações que orientam a reflexão que aqui se propôs.

## **CONSIDERAÇÕES**

A discussão travada nesse ensaio teórico não se direciona a um fechamento. A perspectiva levada em conta é aquela proposta, em especial, por Cocco (2000), Hardt e Negri (2001), Negri (2003) e Pelbart (2003) de que o trabalho imaterial é fator imprescindível ao capitalismo contemporâneo também chamado conexcionista (PELBART, 2003).

Para que o capitalismo mantenha as suas conexões sempre funcionando e mantenha suas características e sua lucratividade em qualquer ponto onde possa conectar alguém ou ser conectado, o potencial de criação e inovação dos trabalhadores, em contexto de trabalho imaterial, e a velocidade exercem papel preponderante. Ainda conforme Pelbart (2003, p.97):

O ideal hoje é ser o mais enxuto possível, o mais leve possível, ter o máximo de mobilidade, o máximo de conexões úteis, o máximo de informações, o máximo de navegabilidade, a fim de poder antenar para os projetos mais pertinentes com duração finita, para o qual se

mobilizam as pessoas certas, e ao cabo do qual estão todas novamente disponíveis para outros convites, outras propostas, outras conexões.

O modo conexcionista do capitalismo traz como conseqüências a finitude das fronteiras, tal como a modernidade líquida descrita por Bauman (2001), proporcionando “a liberação do capital, de sua fronteira antes restrita, estanque, pesada, mecânica, podendo agora, no ciclo produtivo mobilizar o homem por inteiro, sua vitalidade mais própria e visceral, sua ‘alma’” (PELBART, 2003, p.99).

Percebe-se que há uma ligação estreita entre o capitalismo contemporâneo e o trabalho imaterial. Atravessado pela velocidade e pela mobilidade, o trabalho imaterial demanda do trabalhador da sociedade da informação um esquecimento do que passou. Não mais deve ter no passado o apego às referências para a construção do futuro. O trabalhador, em contexto de trabalho imaterial deve desapegar-se, desprender-se da concepção de trabalho duramente construída na lógica taylorista/fordista e assumir as novas demandas, deveria derreter os sólidos, como lembra Bauman (2001). No entanto, esse “derreter de sólidos” antes de significar a liberdade do sujeito, dentro de uma nova ordem, significa uma nova amarra, um novo formato, um novo molde:

nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas apenas para serem admoestadas e censuradas caso não conseguissem se realocar, através de seus próprios esforços dedicados, contínuos e verdadeiramente infundáveis, nos nichos pré-fabricados da nova ordem (BAUMAN, 2001, p.13)

Essa ordem hoje existente já foi mencionada por Hardt e Negri (2001) e Negri (2003), ao analisarem o que denominam “Império”. No entanto, como lembra Pelbart (2003, p.81) o Império não segue uma lógica arborescente, verticalizada, a partir de um centro de poder: “sua lógica (...) é mais ‘democrática’, fluida, esparramada, em rede, entrelaçada ao tecido social e a sua heterogeneidade, articulando singularidades étnicas, religiosas, minoritárias”.

O Império se nutre da produção imaterial, expressa na inteligência coletiva, nas paixões, nas afetividades, na capacidade de criação e de inovação e nas inventividades do trabalho imaterial, bem como nas conexões que as TICs permitem. “O capital [e o Império] encontram aí nessa força-invenção disseminada por toda parte, uma reserva inesgotável” (PELBART, 2003, p.84).

Se a lógica arborescente, com suas formas, dimensões e controles muito claros e delimitados, não dá mais conta para analisar as metamorfoses do capital, depreende-se que uma perspectiva linear e fixa de resistência também não comporta mais todas as possibilidades de resistir que se possam apresentar. Uma vez que o capitalismo contemporâneo visa a se potencializar, e tem no trabalho imaterial e na velocidade seus principais vetores, as formas de resistência e de criação devem, também, configurarem-se da mesma forma. Se o trabalhador, no contexto do trabalho imaterial e da lógica da velocidade, pode ser caracterizado como nômade, mesmo que involuntariamente (VIRILIO, 1997; BAUMAN, 1999 e 2001), as formas de resistir, imagina-se, seguem a mesma lógica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

- BESSI, Vânia G.. *Subjetividade em tempos de reestruturação produtiva do trabalho bancário e programa de apoio à demissão voluntária*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003a.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 2003.
- COCCO, Giuseppe. *Trabalho e cidadania*. Produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano : artes de fazer*. 2. Ed. Petrópolis : Vozes, 1996.
- DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano : morar, cozinhar*. Petrópolis : Vozes, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Ed. 34, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Bergsonismo*. São Paulo: Edit.34, 2004b.
- \_\_\_\_\_. *Empirismo e subjetividade : ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo: Edit.34, 2004c.
- \_\_\_\_\_. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004a, v.1, p. 11-37.
- \_\_\_\_\_. 1914 – Um Só ou Vários Lobos? In: \_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004b, v.1, p. 39-52.
- \_\_\_\_\_. 1933 – Micropolítica e Segmentaridade. In: \_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004c, v.3. p. 83-115.
- FERREIRA NETO, João Leite. Subjetividades contemporâneas: algumas contribuições de Deleuze. Revista Plural, Belo Horizonte, ano VI, n.13, p.105-113, 2000.
- FONSECA, Tânia Mara Galli. Contribuição à Mesa Redonda trabalho e subjetividade. Educação, subjetividade e poder, Porto Alegre, v.2, n.2, p.18-21, abril/1995
- GAULEJAC, Vincent; AUBERT, Nicole. *Interdisciplinaridade, abordagem clínica e mudança social*. Palestra proferida em Mesa Redonda do VIII Colóquio Internacional de Sociologia Clínica e Psicossociologia, da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 03 a 06 jul. 2001.
- GRISCI, Carmem L.I. Trabalho Imaterial, Controle Rizomático e Subjetividade no Novo Paradigma Tecnológico. In: XXIX Encontro da ANPAD – ENANPAD, 2005. Brasília, Anais... Brasília, 2005.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica : cartografias do desejo*. 7.ed. revis. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. 2.ed.. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAZZARATO, Maurizio. Pour une redéfinition du concept de ‘bio-politique’. *Futur antérieur*, n. 39-40, septembre 1997.
- LAZZARATO, Maurizio e NEGRI, Antonio Travail immatériel et subjectivité. *Futur antérieur*, n.6, été, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- NEGRI, Antonio. *Cinco Lições Sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PELBART, Peter Pal. Rizoma Temporal. *Educação, Subjetividade e Poder*, Porto Alegre, v.5, n.5, p.60-63, jul/1998.

\_\_\_\_\_. *A vertigem por um fio*: políticas de subjetividade contemporânea. São Paulo: FAPESP Iluminuras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Vida capital*: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Tempo Não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ROLNIK, Suely. Despachos no museu: sabe-se lá o que vai acontecer... *São Paulo em Perspectiva*, jul./set 2001, v.15, no.3, p.03-09.

\_\_\_\_\_. A vida na berlinda. Disponível em:

[http://ut.yt.t0.or.at/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=173&Itemid=112](http://ut.yt.t0.or.at/site/index.php?option=com_content&task=view&id=173&Itemid=112). Acesso em 25/09/2005; 2005.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

\_\_\_\_\_. *A bomba informática*. São Paulo : Estação Liberdade, 1999.

---

<sup>i</sup> Nessa linha, emergem movimentos como: o *slowfood*, iniciado na Itália em 1986 e com diversas ramificações no Brasil (nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina), que prega a alimentação com calma, a partir de um dispêndio maior de tempo; o *Cittaslow* – cidades do bem viver – órgão que certifica cidades que estejam efetivamente engajadas em desenvolver programas governamentais voltados à lentidão e ao bem viver (no Rio Grande do Sul a cidade de Antonio Prado foi certificada em 2001, conforme anais da Assembléia Legislativa); a Sociedade para a Desaceleração do Tempo, na Alemanha; e o *Downshifting*, movimento australiano contrário ao consumismo desenfreado (DINIZ, 2005). Algumas publicações extensas que contemplam tais movimentos podem ser ilustradas pela obra de Honoré (2005), cujo sugestivo título é “Devagar: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade”.

<sup>ii</sup> Laymert Garcia dos Santos, no Prefácio do livro “Velocidade e Política”, de Virilio, esclarece a tradução da palavra dromologia, em nota de rodapé: “N.T. – tanto essa palavra (dromologia) como outras que aparecem no decorrer da obra (dromocrático, dromocracia, dromocrata) são neologismos empregados pelo autor como variantes da palavra grega ‘dromos’, que exprime a idéia de ‘corrida’, ‘curso’, ‘marcha’. A única palavra dicionarizada em português com este prefixo é ‘dromomania’, que significa ‘mania de vaguear; pendor mórbido para a vida errante’, conforme o Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa (Mirador)” (Virilio, 1997, p.10).

<sup>iii</sup> O Império, segundo Hardt e Negri (2001) é uma estrutura de comando descentralizada e desterritorializada que corresponde ao capitalismo globalizado. Não possui limites nem fronteiras e penetra fundo na vida das populações, nos seus corpos, mentes, inteligências, desejos e afetos. Na análise dos autores, o Império assume a totalidade do espaço, do tempo e da subjetividade, ampliando, de uma forma sem precedentes, o seu poder.